

## **Memorando**

### **Efeitos da aplicação do Decreto-lei 133/2012 aos inquilinos municipais**

1. Entrou em vigor no passado dia 1 de Julho o Decreto-lei 133/2012, de 27 de Junho, que altera os regimes jurídicos de uma série de prestações sociais, nomeadamente o do rendimento social de inserção, bem como a lei da condição de recursos.
2. O regime jurídico do rendimento social de inserção veio substituir em 2003 o “rendimento mínimo garantido” (RMG), criado pela lei 19-A/96 de 29 de Junho, que tinha sido instituído como uma prestação do regime não contributivo da segurança social destinada à satisfação das necessidades mínimas de indivíduos e agregados familiares sem recursos, favorecendo a sua inserção social e profissional.
3. O montante do RMG criado em 1996 era calculado com base na composição e rendimentos do agregado familiar, prevendo-se que pudesse ser acrescido de um apoio especial para compensar despesas de habitação ou alojamento. No apuramento dos rendimentos totais do agregado familiar para efeitos de atribuição do RMG eram expressamente excluídos, entre outros, o subsídio de renda de casa, as prestações familiares e as bolsas de estudo.
4. A lei do RMG foi revogada pela lei 13/2003, de 21 de Maio, que instituiu o “rendimento social de inserção” (RSI), alterando várias disposições legais da lei 19-A/96, mas mantendo o princípio da possibilidade de apoio especial para compensar despesas de habitação. No apuramento dos rendimentos totais a considerar para o cálculo do RSI manteve-se também a exclusão do subsídio de renda de casa, das prestações familiares e das bolsas de estudo.
5. Em 2010, no quadro do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, foram redefinidas as condições de acesso aos apoios sociais através do Decreto-lei 70/2010, de 16 de Junho, conhecido como “lei da condição de recursos”. Este diploma veio alterar o cálculo dos rendimentos a considerar para o acesso a várias prestações sociais, entre as quais o RSI. De acordo com este diploma, nos rendimentos a considerar passam a estar incluídos “os apoios à habitação com carácter de regularidade” (art.º 3º, alínea g), sendo como tal considerados “os subsídios de residência, os subsídios de renda de casa e todos os apoios públicos no âmbito da habitação social, com carácter de regularidade, incluindo os relativos à renda social e à renda apoiada” (art. 12º, nº 1). O valor máximo a considerar para o apoio público no âmbito da habitação social foi equiparado ao valor máximo então em vigor do subsídio de renda, criado pela Lei 46/85, de 20 de Setembro. Este valor foi fixado em 2010 em 46,36€, montante actualizável anualmente em função da actualização do Indexante de Apoios Sociais (IAS), que era na altura de 419,22€ e não sofreu nenhuma actualização deste então.
6. Com a vigência da lei da condição de recursos, o apuramento dos rendimentos dos agregados familiares que usufríssem de renda social ou

renda apoiada, ou seja, que residissem em habitação pública, passou a ser acrescido de uma parcela relativa ao apoio habitacional público, fixada em 46,36€ mensais, mas faseada em 3 anos, correspondendo a cada ano o acréscimo de um terço deste valor mensal.

7. O Decreto-lei 133/2012 que acaba de entrar em vigor veio alterar profundamente este quadro legal, modificando o regime jurídico do RSI e a lei de condição de recursos, de uma forma que consideramos altamente gravosa para os inquilinos de fogos públicos. Com efeito, no apuramento dos rendimentos para efeitos de acesso ao RSI, este diploma substitui o valor máximo de 46,36€ mensais previsto na lei de condição de recursos pelo “diferencial entre o valor do preço técnico e o valor da renda apoiada, nos termos do Decreto-lei nº 166/93, de 7 de Maio” (ver novo artigo 15º- I da lei 13/2003, republicada em anexo I ao DL 133/2012).

8. Esta alteração significa que passam a ser considerados como “rendimentos”, a somar aos rendimentos totais dos inquilinos municipais que se candidatem ao RSI, não os 46,36€ fixados em 2010, mas um valor que é muito mais elevado.

9. No caso do município de Lisboa, os valores médios do preço técnico são os seguintes<sup>1</sup>:

T0 – 214,00€

T1 – 252,00€

T2 – 337,00€

T3 – 391,00€

T4 – 479,00€

Por outro lado, os valores médios da renda efectivamente paga oscilam entre 57€ (renda apoiada) e 74€ (renda social)<sup>2</sup>. De acordo com estes valores, com a aplicação do novo critério agora instituído, uma família com acesso ao RSI, que habite num T2 municipal e que pague uma renda apoiada média de 57€, passará a ter um “rendimento virtual” de mais 280,00€ por mês, que obviamente não recebe, mas que vai ser artificialmente somado ao seu rendimento actual. Nestas condições, muito provavelmente deixará de ter acesso ao RSI. Para além das dificuldades que terá de enfrentar, irá a seguir pedir uma redução de renda por perda de rendimentos efectivos, o que irá fazer com que a distância entre a renda técnica e a renda paga seja cada vez maior, numa espiral de efeitos perversos crescentes. Esta espiral irá por sua vez projectar-se na quebra de receitas pelas entidades gestoras de fogos públicos, com consequências na sustentabilidade do parque habitacional público.

10. A crise já está a levar muitos dos inquilinos municipais a solicitar e obter redução da renda a pagar, por perda de rendimentos. Nos últimos anos, a perda de receita da GEBALIS por efeitos de redução de rendas tem sido crescente, com um total acumulado entre 2009 e 2011 de cerca de 5 Milhões de euros. A aplicação do DL 133/2012 irá agravar este efeito prejudicial.

---

<sup>1</sup> Fonte: Dados da DMHDS de Maio de 2012

<sup>2</sup> Fonte: Idem

11. Mas o DL 133/2012 ainda reduz o montante a receber pelos agregados familiares beneficiários ou candidatos ao RSI por outra via: cada indivíduo maior, além do requerente, passa a receber 50% do valor do RSI, em vez dos actuais 70%; e cada indivíduo menor passa a receber 30%, em vez dos actuais 50%.

12. Conclusão: por esta via, a legislação que acaba de entrar em vigor vai contribuir para agravar de modo intolerável a ameaça de pobreza que já afecta muitas das famílias residentes em fogos municipais. É urgente que a CML se pronuncie sobre esta matéria.

Lisboa, 10 de Julho de 2012

Helena Roseta